

## A cobra fumou no Estado Novo: a formação da Força Expedicionária Brasileira e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945)

*Ana Luísa GOMES DOS SANTOS<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo pretendeu analisar a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante os anos que se seguiram à ditadura do Estado Novo. Tendo em vista que a formação da Força Expedicionária se deu durante os anos da ditadura estadonovista, foi crucial a investigação da perpetuação de Getúlio Vargas no poder por meio de um golpe de Estado. Além disso, as relações entre Brasil e Estados Unidos também foram de suma importância para a compreensão dos motivos que levaram o Brasil a mandar homens civis ativos para o teatro de operações italiano. Dessa forma, a Política da Boa Vizinhança adotada pelos governos norte-americanos foi considerada e analisada. O retorno dos expedicionários e as consequências dos anos de guerra em suas vidas também são mencionados. O principal objetivo deste artigo é pormenorizar a formação da FEB e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Para tanto, a análise de documentos históricos, como periódicos da época, o filme documentário *Senta a Pua!* (1999) e o livro de memórias do pracinha Joaquim Xavier da Silveira, *Cruzes Brancas* (1997), foram imprescindíveis. Por fim, foi possível concluir que a formação da Força Expedicionária Brasileira serviu aos interesses econômicos nacionais e que a classe política pouco fez pela reintegração dos pracinhas à sociedade civil brasileira.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira; Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Política da Boa Vizinhança.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. UNIMONTES. Montes Claros. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0123171524522405>. E-mail: [analuisagsantos@gmail.com](mailto:analuisagsantos@gmail.com)

## The snakes moked in the Estado Novo: the formation of the Brazilian Expeditionary Force and Brazil's entry into the Second World War (1939 - 1945)

**Abstract:** This article aims to analyze the formation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) during the years following the Estado Novo dictatorship. Given that the formation of the Expeditionary Force took place during the years of the Estado Novo dictatorship, it was crucial to investigate the perpetuation of Getúlio Vargas in power through a coup d'état. In addition, relations between Brazil and the United States were also of paramount importance for understanding there as on sthatled Brazil to send active civilianment to the Italian the after of operations. In this way, the Good Neighbor Policy adopted by the US governments was considered and analyzed. The return of the expeditionaries and the consequences of the wary ears on their lives are also mentioned. The main aim of this article is to detail the formati on of the FEB and its impact on Brazilian society. To this end, the analysis of historical documents, such as periodicals from the time, the 1999 documentary film Senta a Pua! And the memoirs of the soldier Joaquim Xavier da Silveira, Cruzes Brancas (1997) were essential. Finally, it was possible to conclude that the formation of the Brazilian Expeditionary Force served national economic interests and that the political class did little to reintegrate the soldiers into Brazilian civil society.

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force; Estado Novo; World War II; Good Neighbor Policy.

## O Estado Novo

Em 14 de setembro de 1937, o Jornal do Brasil publicava uma notícia a respeito das novas atividades comunistas no país. No jornal, mencionava-se a Intentona Comunista de 1935, cujos integrantes foram presos e torturados<sup>2</sup>. O Jornal do Brasil informava que um dos chefes do levante comunista de 1935 estava de volta: “(...) coberto com um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal Militar, para a capital pernambucana partiu e ali está desenvolvendo, *coram populo*, as suas atividades subversivas” (JORNAL DO BRASIL, 1937, p. 5). Não mencionavam o nome do revolucionário comunista, mas o jornal tratou de esclarecer que um novo movimento insurgente causaria graves problemas à sociedade brasileira, uma vez que as forças armadas teriam que se sacrificar para evitar a ascensão do comunismo no país.

Diante de uma informação tão alarmante, é necessário ponderar algumas informações. A primeira, por certo, é a fonte da notícia. Por sorte, essa questão foi respondida pelo próprio jornal que informou que “É um longo telegrama do comandante da guarnição de exército em Pernambuco dirigido ao Sr. Ministro da Guerra e por este mandado publicar em todos os jornais do Rio de Janeiro” (JORNAL DO BRASIL, 1937, p. 5). De acordo com a notícia, o detentor de informações tão valiosas era o então comandante da guarnição de Exército em Pernambuco, cujo nome também não foi revelado. O comandante, por sua vez, tratou de informar ao Ministro da Guerra a respeito do que sabia. Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, julgou as informações contidas no telegrama tão importantes que ordenou a todos os jornais do Rio de Janeiro a publicação dos dados contidos no telegrama.

O mês de setembro de 1937 foi um mês turbulento. O Jornal do Brasil não informou apenas sobre as eventuais subversões comunistas, mas também destacou a questão da sucessão política ao cargo de Presidente da República do Brasil. Em 17 de setembro de 1937, a página 7 do jornal dizia: “O problema da Sucessão Presidencial da

---

<sup>2</sup>Em *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, Boris Fausto descreve a violência com a qual os comunistas foram tratados em 1935. Arthur Ewert foi preso junto com sua esposa, Elise Ewert, foi submetido à torturas que o deixaram pesando 54 quilos. Quando foi preso, Arthur pesava 108 quilos. Victor Barron foi outro participante do movimento insurgente de 1935 que foi detido e torturado. Barron foi dado como suicida, mas Fausto aponta que este foi defenestrado de uma das janelas da Polícia Central, após um interrogatório policial. Por fim, Luís Carlos Prestes e Olga Benário, que estava a espera de um filho, também foram detidos, tendo Olga sendo enviada para Alemanha Nazista onde morreu em um campo de concentração.

República”. Desde 1935, o governo estava em Estado de Sítio, que durou até julho de 1937, quando a situação excepcional escalou para o Estado de Guerra. A sucessão política era um tema recorrente nos jornais brasileiros. Em geral, o tema girava em torno da pergunta: quem irá suceder Getúlio Vargas?

Em 24 de novembro de 1936, um ano antes da instauração do Estado Novo, o jornal carioca A Noite realizou um concurso musical com a temática “Quem será o homem?”, baseada em uma notícia com título homônimo publicada pelo jornal em 11 de novembro do mesmo ano. Na referida notícia, os nomes de Armando de Salles, Arthur Bernardes, Plínio Salgado, Washington Luís e Borges de Medeiros eram mencionados como possíveis sucessores ao cargo de Presidente da República. O nome de Getúlio Vargas também aparecia, mas o A Noite ponderava: “insiste-se o nome de Sr. Getúlio Vargas, apesar da inelegibilidade” (A NOITE, 1936, p. 1). No concurso musical, duas músicas se destacaram. A primeira é uma composição de Ary Barroso cantada por Arnaldo Amaral:

Quem é o homem?  
Eu não digo, não.  
O nome delle.  
É uma interrogação.  
Eu sei quem é  
Mas não quero dizer.  
Pois tenho medo da polícia me prender (A NOITE, 1936, p. 1).

A segunda canção pertence a Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar.

A menina presidente  
Vae rifar seu coração  
E já tem três pretendentes  
Todos três chapéu na mão  
O homem quem será?  
Será “seu” Manduca, ou será  
“Seu” Vává?  
Entre esses dois meu coração  
Balança porque  
Na hora “H”  
Quem vae ficar é o “seu” Gegê! (A NOITE, 1936, p. 1)

A canção fazia referência aos nomes de Armando Salles (Seu Manduca) e Osvaldo Aranha (Seu Vává), que também era um dos nomes cogitados para assumir o cargo de Presidente. Por fim, a canção se encerrava afirmando que quem ficará é o Seu

Gegê, referindo-se ao então Presidente da República, Getúlio Vargas. Parece até que a música parecia prever o desfecho político do ano seguinte. Apesar dos nomes cogitados, quem de fato ficou foi Getúlio Vargas através de um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937.

O tal telegrama, abordado ainda no primeiro parágrafo deste artigo, era uma artimanha do próprio Getúlio Vargas, que contou com o apoio do Exército Militar. Conhecido como Plano Cohen, este previa inúmeros horrores idealizados por comunistas para tomar o poder no Brasil. De acordo com Fausto (2006), o Plano Cohen foi forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Fato é que o Plano Cohen atendeu às expectativas de Vargas e os militares. Uma vez que os “planos comunistas” estavam em todos os jornais cariocas, a ameaça comunista tornou-se um consenso. Dessa forma, Vargas encontrou a brecha que precisava para se perpetuar no poder.

Por outro lado, as novas formações partidárias, surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refractárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao leitorado (A NOITE, 1937, p. 1)

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas realizou um discurso a fim de justificar o Golpe de Estado que deu início à ditadura estado-novista. Em seu discurso, alertava para o surgimento de “novas formações partidárias” em todo o mundo, enfatizando o caráter refratário destas perante aos processos democráticos. Diante dessa conjuntura, Vargas defendeu o fortalecimento do Estado. Em outro momento de sua fala, Vargas afirma que “essa situação especialíssima só se caracteriza (...), nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social” (A NOITE, 1937, p. 7). Embora a ameaça comunista fosse mais poderosa no plano das ideias do que na política institucional<sup>3</sup>, a retórica dos “comunistas que visam tomar o poder” parecia funcionar.

---

<sup>3</sup>Em *A Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm afirma que, nesse período, a ameaça às instituições democráticas liberais vinha apenas da direita política. No entanto, na época a ideologia considerada

Tal narrativa, no entanto, não foi inaugurada por Vargas. A bem da verdade, inúmeros líderes políticos se apropriaram desse mito para ascender ao poder ou, como no caso nacional, conservar-se nele.

Para Hobsbawm (1997), o liberalismo fez uma retirada durante os anos de 1930. Entretanto, a principal ameaça às democracias-liberais não era o comunismo, como assim alguns supunham, mas sim a direita política (HOBSBAWM, 1997, p. 101). O Estado Novo, por seu turno, é mais um exemplo da queda do liberalismo e a ascensão da direita política. Ainda assim, conforme Fausto (2006), “seria equivocada, porém, acreditar que Getúlio se encantasse com modelos prontos” (FAUSTO, 2006, p. 71). Dessa forma, não é exagero apontar o caráter original da ditadura varguista.

(...) o Estado Novo pode ser definido como um regime autoritário, semelhante a alguns vigentes na época no Leste Europeu e menos ao Portugal de Salazar. O Estado Novo não era fascista, ainda que na época esse termo fosse, compreensivelmente, utilizado pela oposição para defini-lo. Também não se identificava com o paralisante conservadorismo salazarista nem com o regime de Franco, nascido dos escombros da guerra civil. Embora Getúlio aludisse à necessidade de dissolver todos os partidos para a constituição de um partido único logo após a implantação da ditadura, nunca levou a ideia a sério, e ela serviu como uma cortina de fumaça para despistar os integralistas. Quanto às mobilizações de massa, elas só surgem nos últimos anos do regime, quando se tornaram um recurso de sua sustentação. Se se quiser definir o Estado Novo numa fórmula sintética, pode-se dizer que ele foi, a um tempo, autoritário e modernizador (FAUSTO, 2006, p. 91).

Para entender o Estado Novo, temos que ressaltar duas características primordiais: o nacionalismo e o corporativismo. De acordo com Capelato (2019), a associação entre Estado, Pátria, Nação e Povo foi muito importante, pois reforçava a ideia de que todos os brasileiros são irmãos, sem qualquer tipo de distinção. Nesse contexto, cria-se um novo nacionalismo. Segundo Oliveira (1982), esse novo nacionalismo liga o passado ao presente, em uma tentativa de enfatizar as semelhanças entre os brasileiros e minorar as diferenças. Para tanto, o respeito às tradições, costumes e raça se fez imprescindível. Desse modo, Getúlio Vargas tratou de reforçar o mito das três raças, no qual o Brasil seria um país advindo da interação entre os brancos colonizadores, os povos originários e os africanos escravizados, sendo, portanto, todos os brasileiros mestiços e iguais. Nesse contexto, a feijoada, outrora prato da culinária

---

ameaçadora era inequivocamente a comunista. Segundo o historiador, a URSS encontrava-se isolada após a ascensão de Josef Stalin, e não desejava ampliar o comunismo no mundo.

escrava africana, tornou-se iguaria nacional; o samba e o carnaval perpassaram pelo mesmo caminho.

Conforme Gomes (2005), o corporativismo estado-novista é sintetizado por meio de uma interação entre um Estado forte e um indivíduo livre; de um Estado voltado para a proteção do trabalho e do trabalhador e uma política de defesa do capital. Na mesma medida em que o Estado defendia a propriedade privada e o capital, também defendia a justiça social. O corporativismo moderno nacional idealizava “a democracia das corporações” (OLIVEIRA, 1982, p. 139). Cada brasileiro tinha uma função a desempenhar no Estado, e um bom desempenho, aliado à obediência que se confiava ao Estado, traduzia-se em um poder institucional assistencialista. Dessa forma, para gozar de uma justiça social e das políticas estadistas, o povo tinha o dever de trabalhar. Assim, contribuindo para o bem-estar da sociedade nacional, o trabalhador brasileiro teria direito aos benefícios previstos pelo Estado. Nota-se, portanto, uma lógica de reciprocidade. Getúlio Vargas, em seu emblemático discurso de 10 de novembro de 1937, já anunciava a visão do Estado brasileiro a respeito da justiça social:

Emquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se voltara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferencia as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quaes não póde o individuo tornar-se util á collectividade e compartilhar dos beneficios da civilização (A NOITE, 1937, p. 1)

O Estado Novo teve seu fim em 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto do cargo pelos militares. Se a década de 1930 foi conturbada, o que dizer da década seguinte, os anos que envolveram a Segunda Guerra. Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha nazista invadiu a Polônia dando início a Segunda Guerra Mundial. Em 1940, os nazistas invadiram a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos, a Bélgica e a França. Na Europa, o único país que resistia às forças alemãs era a Inglaterra. A situação mudou de figura quando, em 22 de junho de 1941, Adolf Hitler invadiu a URSS de Josef Stalin. Os soviéticos resistiram aos ataques nazistas e entraram de vez no conflito.

Do outro lado do mapa, na Ásia, a conjuntura da Segunda Guerra também estava em vias de mudança. O Japão, aliado dos nazistas, havia invadido a Indochina, desagradando os Estados Unidos. Por sua vez, estes aplicaram duras sanções ao Japão, dificultando o abastecimento e comércio japonês. Assim como a Alemanha nazista

pretendia tornar-se um império, o Japão alimentava uma sonhada missão imperial, na qual este se tornaria um Império no continente asiático. Com os interesses japoneses indo de encontro aos interesses norte-americanos, um conflito entre os dois países era fatalmente esperado. Em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base naval de Pearl Harbor, no Havaí. Assim, a Segunda Guerra Mundial passou a ser um confronto entre as forças Aliadas, formadas pelos Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França; e as forças do Eixo, constituídas pela Alemanha nazista, pela Itália fascista e pelo Japão. A entrada dos Estados Unidos no confronto obrigaria os países americanos a escolher um lado. Nesse contexto, o Brasil preferiu a luta pela democracia, ainda que o país vivesse sob uma ditadura.

Em 27 de janeiro de 1942, o Rio de Janeiro sediou a Conferência dos Chanceleres. Nela, os chanceleres dos países americanos decidiram pelo corte de relações diplomáticas para com os países do Eixo. Em janeiro do mesmo ano, o jornal *A Noite* destacou: *A América Contra a Agressão*.

Foi aprovado, na Reunião dos Chanceleres, a proposta de ruptura com as potências do Pacto Tripartite - O projeto vitorioso obteve a adesão de todas as Repúblicas do Hemisfério - “Marcha para a frente, sem mais vacilações!”, declara o ministro Oswaldo Aranha - Vibrantes discursos! proferidos na memorável assembleia (*A Noite*, 1942, p. 1).

Para Fausto (2006), a decisão do Brasil foi motivada pelas vantagens que os Estados Unidos ofereceram. Segundo o historiador, os norte-americanos ofereceram crédito para a exploração de ferro e para o aproveitamento da borracha, além de garantir a venda do café e cacau nacionais. A Alemanha, por sua vez, não podia oferecer vantagens imediatas da mesma forma que os Estados Unidos. Militarmente, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos intensificou-se. A declaração de corte de relações diplomáticas ainda levaria algum tempo para se traduzir em uma declaração de guerra. Mas, logo de início, já mostrava o tamanho da influência dos Estados Unidos nas decisões políticas brasileiras. O casamento entre Brasil e Estados Unidos inequivocamente era um casamento de interesses, mas quais interesses estavam em jogo? Por que o Brasil se tornou tão importante para os Estados Unidos? E por que o Brasil, um país tradicionalmente neutro em conflitos bélicos internacionais, decidiu enviar homens para o teatro de operações?

### **Brasil e Estados Unidos: o casamento de interesses**

De acordo com Karnal (2007), desde os governos de Hoover e Roosevelt a política externa dos Estados Unidos alterou-se sensivelmente. Nos governos supracitados, foi implementada a chamada Política da Boa Vizinha, cujos objetivos “eram, na medida do possível, garantir a colaboração política e o alinhamento das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos” (MOURA, 2012, p.40). Desse modo, a igualdade jurídica de todos os países americanos foi reconhecida e defendeu-se uma cooperação entre as nações a fim de garantir o bem-estar a todas. De acordo com Gerson Moura (2012), a iminência da Segunda Guerra Mundial e a ascensão da Alemanha Nazista durante os anos finais da década de 1930 levou os Estados Unidos a adotar uma linha combativa política, cultural, econômica e militarmente em oposição à Alemanha Nazista, uma vez que os países do Eixo representavam uma ameaça a liderança estadunidense no continente americano. Assim, os Estados Unidos estavam interessados em proteger o continente americano mediante a colaboração dos demais países americanos, especialmente no que tange à concessão de bases militares e à manutenção de interesses políticos e econômicos.

Para entender a relação Brasil-Estados Unidos, é importante considerarmos a importância da política externa para o Brasil. Para tanto, é importante relembrarmos que, embora o Estado Novo fosse uma ditadura de direita, existiam divisões políticas bastante polarizadas ligadas ao governo Vargas - um reflexo da política mundial. De um lado, os germanófilos Filinto Müller, chefe da Polícia Política, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, Francisco Campos, Ministro da Justiça, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores do governo, Osvaldo Aranha, era um eminente defensor dos Estados Unidos<sup>4</sup>. De qualquer modo, a palavra final pertencia a Getúlio Vargas. E, para este, as divisões políticas

---

<sup>4</sup>Os integrantes do governo já citados aqui tiveram uma importante e dúbia participação nas relações exteriores que o Brasil manteve com os Estados Unidos e com a Alemanha Nazista. O chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro, foi convidado para visitar a Itália e a Alemanha, em 1939. Góis Monteiro visitou os Estados Unidos e recebeu, no Brasil, o General Marshall, chefe do Estado-Maior dos EUA. Em 1939, Osvaldo Aranha visitou os Estados Unidos a fim de fortalecer os laços comerciais entre os dois países. Segundo Gerson Moura (2012), na ocasião, o Presidente Roosevelt contou a Osvaldo Aranha a respeito da eventual entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, esperando uma colaboração brasileira.

externas eram uma forma de explorar as melhores oportunidades econômicas para o Brasil.

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos cresceu à medida que a influência britânica no país sul-americano declinou. De acordo com Moura (2012), a dependência econômica brasileira se aprofundou, uma vez que os Estados Unidos eram produtores de matérias-primas e alimentos essenciais, precisamente os itens de maior necessidade brasileira. Nesse contexto, a Alemanha apareceu como uma alternativa durante a década de 1930 para reduzir a dependência brasileira em relação aos Estados Unidos. Segundo Mourelle (2020), a participação alemã no comércio brasileiro foi de 12% para 25% durante os anos de 1928 e 1938, enquanto a participação norte-americana declinou saindo de 27% para 23%. A partir de 1937, no entanto, os interesses estado-novistas estavam amplamente ligados às forças armadas e à construção de uma grande siderúrgica. Tais interesses repercutiriam na política externa nacional.

A construção da siderúrgica de Volta Redonda era um tema de tamanha importância para o Brasil que, mesmo com o nítido desinteresse dos Estados Unidos, este não teve outra alternativa a não ser garantir o capital necessário ao levantamento da siderúrgica. Era evidente que se os Estados Unidos quisessem um Brasil alinhado com as políticas norte-americanas, a construção da siderúrgica era um preço a se pagar. Após negociações pouco interessantes para o Brasil e discursos de Vargas que acenavam para a Europa, especialmente para a Alemanha Nazista<sup>5</sup>, os dois países assinaram um acordo que previa a compra de maquinários, através do banco *Eximbank*, e assistência técnica de empresas norte-americanas.

Quanto às questões militares, devemos destacar que, para a inteligência militar norte-americana, o norte e nordeste brasileiros eram regiões que deveriam ser vigiadas de perto. A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, poderia evitar um ataque do exército nazista vindo da África, além do domínio da região garantir o controle dos Estados Unidos sobre a defesa do Atlântico norte até o extremo sul da América do Sul.

---

<sup>5</sup>De acordo com Moura (2012), os Estados Unidos, inicialmente, ofereceram 10 milhões de dólares de empréstimo para a construção da siderúrgica de Boa Vista - valor relativamente baixo, diga-se de passagem. Por consequência, Getúlio Vargas realizou um discurso, em 11 de junho de 1940, afirmando que o Brasil estava interessado em se industrializar e em reequipar as forças armadas nacionais. Para isso, o governo estaria disposto a olhar para a organização política de povos fortes, referindo-se à Alemanha Nazista.

Segundo Ferraz (2005), Natal foi considerada um dos quatro pontos estratégicos de maior importância do mundo. Os militares ligados ao governo Vargas não enxergavam com bons olhos a vinda de militares norte-americanos para o Brasil, haja vista que os brasileiros consideravam o controle militar estadunidense em território nacional um escárnio à soberania brasileira. Ademais, as Forças Armadas brasileiras exigiam material bélico para reequipar o Exército brasileiro. Posteriormente, Brasil e Estados Unidos chegaram a um acordo. Assim, os norte-americanos enviaram armamento e munição para o Brasil, ao passo que este concedeu liberdade para a construção de instalações e envio de militares em territórios nacionais.

A declaração de cortes diplomáticos durante a Reunião dos Chanceleres impactou as relações entre Brasil e Alemanha, uma vez que as autoridades alemãs viram a decisão como um ato de hostilidade direto ao país europeu. O Alto Comando Alemão autorizou ataques a qualquer embarcação do Atlântico Sul dos países envolvidos na Conferência dos Chanceleres. Com isso, sete embarcações brasileiras foram torpedeadas pelas forças do Eixo. O navio mercante *Comandante Lyra* foi o primeiro a sofrer ataques no litoral brasileiro. Em 15 de agosto de 1942, foi a vez das embarcações *Beapendi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, resultando na morte de 551 pessoas. Nos dias subsequentes, mais três navios, *Itagiba*, *Arará* e *Jacira*, foram torpedeados, culminando no falecimento de 56 pessoas. A imprensa brasileira reagiu aos ataques sofridos e convocou a população civil para uma “reação à altura”, como assim foi enfatizado pelo jornal carioca *Correio da Manhã*:

Enquanto o nosso país, com o rigor posto sempre na sua orientação, segue as normas ditadas pelo rompimento, o Eixo faz-nos, afinal, a guerra. Em acatamento a suas normas, não comboiamos os barcos costeiros ou de longo curso nem os artilhâmos devidamente. Por isso mesmo, o nosso comércio marítimo é assim perturbado. Os contrários sabem que nos agarramos às fórmulas e sentem-se mais seguros para nos acometer, além do mais crentes numa passividade que não existirá senão na sua imaginação de dementados pela sanha do seguninarismo. Ao contrário do cruzar de braços, saberemos guardarmos contra novas surpresas, reagindo à altura do nosso brio, com a força da unidade que inspira o nosso governo e o nosso povo (CORREIO DA MANHÃ, 1942, p. 2).

O pedido imperativo do jornal foi atendido. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* noticiou as manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil. No título, destacavam o patriotismo contra a brutalidade nazista. De acordo com Fausto (2006),

as manifestações contra os torpedamentos dos navios mercantes brasileiros contaram com a participação desde conservadores a comunistas. No contexto do Estado Novo, governo este marcado por altas exaltações nacionalistas, não causa estranhamento algum a ênfase no patriotismo, bem como a presença da bandeira e do hino nacional nas manifestações. O jornal destacou que o país inteiro, de norte a sul, ergueu-se em atitude contra o gesto covarde dos países do Eixo. Ademais, enfatizou que estes mesmos países não tiveram a hombridade de declarar guerra ao Brasil, embora praticassem atos de beligerância contra os brasileiros.

É possível notar que as manifestações contaram com atos de hostilidade à Alemanha e à Itália, como três passagens do texto revelam a ojeriza dos manifestantes pelos dois países. Em uma delas, o Correio da Manhã noticiou que uma placa com os dizeres “Itália” “foi arrancada pelos populares, no logradouro onde se acha instalado o prédio que serviu de sede à Casa d’Italia, na esplanada do Castelo”. Em seguida, o jornal aborda uma situação envolvendo os manifestantes e o morador de um prédio que conta com uma companhia de seguros de origem italiana. Conforme a notícia, o morador teria jogado água nos civis que reagiram invadindo o prédio. Para evitar o agravamento da situação, a Polícia Especial foi chamada para intervir. Já na página seguinte, uma bandeira da Alemanha Nazista é mostrada sendo queimada pelos manifestantes durante um comício na praça Floriano, no Rio de Janeiro.

Os estudantes quiseram que também um operário estivesse entre eles, no protesto contra a tirania nazi-nipo-fascista. Esse operário surgiu da multidão e fez um rápido improvisado, que a todos comoveu. Pediu, ao presidente Getúlio Vargas, que contasse com os trabalhadores do Brasil. Na nova azada, de que pode ser já amanhã – disse – saberemos trocar a ferramenta pelo fuzil, em defesa da pátria amada (CORREIO DA MANHÃ, 1942, p. 5).

A população civil nacional clamava por uma declaração direta de guerra à Alemanha e à Itália. As divergências políticas no seio do Estado Novo sequer perduraram diante das manifestações populares, pois nenhum governista queria ser alvo dos manifestantes, inclusive os germanófilos. Os Estados Unidos, que já se encontravam envolvidos diretamente no conflito, não exigiram a entrada do exército de nenhum país americano. Para o Brasil, a declaração de guerra significaria “exigir mais suprimentos militares e uma fatia mais avantajada de seus próprios recursos estratégicos” (MOURA, p. 113). Assim, a entrada do Brasil na Segunda Guerra

Mundial parecia uma alternativa atraente para os interesses nacionais. Politicamente, o Brasil acreditava que participar da Segunda Guerra Mundial levaria o país a ocupar um papel de destaque na política internacional.

Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou Estado de Beligerância contra a Alemanha Nazista e a Itália fascista. Em 31 de agosto de 1942, o país declarou guerra aos países supracitados. Contra o Japão, no entanto, a declaração de guerra se deu apenas dois meses antes do fim do conflito, em junho de 1945.

### **A cobra fumou**

O termo “a cobra fumou” é muito popular até hoje quando se trata da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um mito criado a partir de um discurso do presidente Getúlio Vargas, no qual este teria afirmado que era mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na Guerra. O país não só entrou na guerra, como a expressão caiu nas graças dos brasileiros, tendo virado até distintivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O jargão também era usado para se referir a situações de perigo iminente pelos expedicionários, como relata em seu livro de memórias o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira: “quando a cobra fumava, cada qual tratava de enfiar o focinho no chão para não “sobrar” (SILVEIRA, 1997, p. 57). O correspondente de guerra da BBC, Francis Hallawell, também utilizou a expressão para se referir à noite da tomada do Monte Castello pelos combatentes brasileiros. O jornal O Globo Expedicionário, que circulava no teatro de operações, noticiou a chegada do carnaval do ano de 1945: “Se a cobra não fumar e vocês estiverem bem (...) creiam que aqui também o povo canta e se diverte, pensando em vocês, esperando a queda de Berlim” (O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, 1945, p. 3).

A partir da Portaria ministerial n. 44 - 47, em 9 de agosto de 1943, foi criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Estava decidido, portanto, a formação de uma Força Expedicionária e o seu eventual envio para o teatro de operações de guerra. Em dezembro de 1943, os primeiros homens, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes<sup>6</sup>, foram enviados para o teatro de operações europeu localizado no norte da

---

<sup>6</sup> De acordo com Boris Fausto (2006), a escolha pelo General Mascarenhas de Moraes se deu em virtude deste ser considerado um oficial sem pretensões políticas e conhecido por se guiar pela rígida disciplina militar.

Itália. Já o primeiro regimento a desembarcar na Europa foi o 6º Regimento de Infantaria, em julho de 1944. O 1º Regimento, conhecido como Regimento Sampaio, e o 11º Regimento levaram 45 dias para entrar no teatro de operações de guerra.

Segundo Maximiano (2019), foram realizadas cerca de 107.609 inspeções de saúde e 3.111 oficiais e 63.013 praças foram dispensados. No fim, foram selecionados 334 homens. Inicialmente, o Brasil planejava enviar 60 mil homens, mas logo este planejamento mostrou-se pouco viável, uma vez que o país precisava seguir as regras de seleção norte-americanas que se apresentavam distantes da realidade nacional. Conforme as regras de seleção, os exames físicos e psicológicos deveriam exigir altura igual ou superior a 1,60 metro, peso mínimo de 60 quilos e pelo menos 26 dentes naturais (FERRAZ, 2005, Posição 427, via *Kindle*). No processo seletivo, um dos principais motivos das dispensas foi a má qualidade das arcadas dentárias. Ademais, muitos foram diagnosticados com doenças como desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas. Tiveram ainda os homens que foram impedidos de embarcar com a FEB em função de “doenças incompatíveis para o combate”, tais como daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até mesmo icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas (FERRAZ, 2005, Posição 458 - 461, via *Kindle*). Além disso, de acordo com Rocha (2016), muitos funcionários públicos se desligavam da FEB sob a justificativa de que seus ofícios eram imprescindíveis para o país e, portanto, não poderiam abandoná-los para ir lutar na Itália. Dentro dos quadros do Exército, alguns comandantes de unidades enxergaram uma oportunidade na Força Expedicionária: livrar-se de maus elementos do quartéis enviando-os para a guerra.

Já no teatro de operações, os combatentes brasileiros enfrentaram problemas de infraestrutura, haja vista que o Brasil não conseguiu adotar um sistema sólido de instrução militar (MAXIMIANO, 2010, p. 41). As armas cedidas pelos negociantes norte-americanos só foram entregues no teatro de operações quando o Brasil já estava em vias de realizar o seu batismo de fogo. Além disso, os manuais não foram traduzidos para o português, dificultando o uso do armamento pela FEB. A Força Aérea Brasileira (FAB), que recebeu os primeiros treinamentos de guerra em 3 de janeiro de 1944, nos Estados Unidos, também passou por dificuldades referentes ao número de homens aptos

para as missões aéreas, como destaca o documentário Senta a Pua! de 1999, que contou com os relatos dos pilotos do 1º Grupo de Caça brasileiro. Na ocasião, o Brigadeiro Magalhães Mota criticou o Ministério da Guerra, que estava sob a liderança de Eurico Gaspar Dutra.

O problema de recompletamento na Itália havia se tornado crítico. A perda era, na média, de 3 pilotos por mês e vinha se acumulando desde o início das operações em novembro de 44. A minha impressão pessoal disso, e pelo o que eu vivi posteriormente, é que realmente o Ministério não viveu a situação. Foi criado o grupo de caça, foi mandado e todo mundo ficou esperando. Ninguém tomou uma providência de continuação. Uma operação de guerra não é uma coisa que a gente decida, entre nela e saia fora. A gente tem que dar uma continuação. Tem que haver suprimentos de material e tem que haver suprimento de pessoal, que é o recompletamento. Sem isso, a unidade simplesmente para (SENTA A PUA!, 1999).

Na Itália, os combatentes brasileiros tiveram conquistas importantes, tais como a do Monte Castello e a de Montese. As ações da Força Expedicionária Brasileira são lembradas até hoje na Itália. Segundo Rigoni (2003), há um monumento à Liberdade localizado em Montese, um monumento destinado ao Sargento Max Wolff Filho, pracinha que morreu em combate, e um monumento construído na cidade de Castelnuovo, em virtude dos corpos de brasileiros que pertenciam ao 1º Regimento de Infantaria que foram encontrados mortos na região após a guerra. A relação entre brasileiros e italianos também merece destaque. O pracinha Joaquim Xavier da Silveira narrou como foram os primeiros dias nos acampamentos de guerra: “em volta do acampamento havia uma porção de civis, mulheres e crianças geralmente, as mulheres ofereciam-se para lavar roupa e as crianças pediam comida” (SILVEIRA, 1997, p. 38). Mais adiante, Silveira afirmou que, com o tempo, os brasileiros se acostumaram à delicada situação vivida pelos italianos e passaram a enxotá-los dos acampamentos.

A relação entre brasileiros e os *partigianos*, a resistência armada italiana, deve ser particularizada. Após a oficialização da resistência armada, os *partigianos* ficaram responsáveis pelas missões de guia, de intérpretes, da polícia provisória e, por fim, de combatentes. No filme documentário Senta a Pua! (1999), o Brigadeiro Joel Miranda contou que, após uma missão aérea na qual foi atingido e fraturou o braço, Miranda precisou ser atendido por um médico. Nesse meio tempo, passou a andar com um grupo de *partigianos*, cujo líder era um inglês de nome Steve. Após retornar para o local onde se encontravam os demais componentes da FAB, o brasileiro foi informado que Steve

fora capturado e assassinado com dois tiros em sua face por soldados nazistas. Conforme Rigoni (2003), os brasileiros eram vistos pelos *partigianos* como “benevolentes e alegres” (RIGONI, 2003, p. 103), além de trazer uma nova ordem administrativa para a população de comunas italianas ao abastecer estas com gêneros de primeira necessidade e prestar socorro à população civil necessitada.

A Segunda Guerra Mundial chegou ao fim em 25 de agosto de 1945, quando os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades de Nagasaki e Hiroshima, no Japão. Antes disso, no entanto, Benito Mussolini, o líder do governo fascista italiano, havia sido assassinado a tiros por membros da resistência anti-fascista italiana, em 28 de abril de 1945. Dois dias depois, Adolf Hitler cometeu suicídio em um búnquer localizado em Berlim, capital da Alemanha. Em 8 de maio de 1945, os países constituintes das forças Aliadas decretaram um cessar-fogo, ocasionando em muitas comemorações por toda a Europa pelo fim da guerra. Por sua vez, a Força Expedicionária Brasileira foi desmobilizada ainda em solo italiano. O 6º Regimento de Infantaria foi o primeiro a chegar na Itália, e também o primeiro a retornar para o Brasil, em 18 de julho de 1945. A viagem de retorno, bem como a de ida, estava longe de ser uma viagem confortável. Mas, para os pracinhas, aquela viagem tinha gosto de missão cumprida e de Brasil, país este que os combatentes tanto sentiam falta, como assim relatou o Comandante Rocha:

Embarcamos no General Meights. General Meights era um navio de transportes de tropa. Como todo navio de transportes de tropa, não era nada confortável. Beliches em cima de beliches, tudo amontoado, mas só o fato de nós estarmos voltando pra casa era... Foi a viagem mais maravilhosa que eu fiz (SENTA A PUA!, 1999).

O jornal A Noite noticiou o retorno dos expedicionários ao Brasil com um título marcante: “O Brasil aclama seus heróis! Vibra a cidade com a chegada dos nossos expedicionários”. Na notícia, citavam inúmeras homenagens, como a empresa ferroviária Leopoldina Railway que construiu uma placa de bronze com o nome dos empregados que participaram da guerra, a distribuição de selos comemorativos na cidade carioca, postes de iluminação ostentando os escudos da FEB, da Força de Aviação Brasileira (FAB) e os do IV e V Exércitos Americanos e atividades cívicas nas escolas a fim de homenagear os combatentes. O Major Braga, um dos entrevistados do documentário Senta a Pua! (1999), confirma as festividades descritas pelo jornal

carioca: “nós fomos recebidos fora da barra por milhares e milhares de barcos, soltando foguete, bandas de música e o povo gritando vivas” (SENTA A PUA!, 1999).

### Considerações finais

O fim da Segunda Guerra Mundial significou o enfraquecimento das ideologias que alimentavam a direita política, isto é, o nazi-fascismo. Assim, a defesa da democracia retornou à pauta política. Em fevereiro de 1945, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) já estava desmoronando. Logo, os meios de comunicação tinham maior liberdade para tecer críticas ao governo vigente. Os anos da ditadura varguista não são exemplos de anos de combate à fome. Segundo Capelato (2019), a carestia de vida foi uma constante durante o Estado Novo, contando com inúmeras reclamações de trabalhadores a respeito do aumento de preços. Uma das mais famosas obras do poeta mineiro, Carlos Drummond de Andrade, descreve as demandas do brasileiro em um poema intitulado “Nosso tempo”: “Os homens pedem carne. Fogo./ Sapatos./As leis não bastam” (ANDRADE, 2000, p. 29). De acordo com Fausto (2006) e Capelato (2019), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial agravou a situação dos brasileiros, pois ocasionou no racionamento de alimentos e o aumento do custo de produtos de primeira necessidade. Conseqüentemente, a oposição à figura de Getúlio Vargas cresceu.

Os combatentes da Força Expedicionária Brasileira, por seu turno, foram utilizados por políticos dissidentes contrários ao Estado Novo para alavancar as críticas direcionadas a Getúlio Vargas, mas os ex-expedicionários nunca chegaram a protagonizar nenhuma dessas articulações políticas (FERRAZ, 2005, Posição 676, via *Kindle*). A esmagadora maioria de brasileiros que deixaram suas casas no Brasil a caminho da Itália para lutar contra o nazi-fascismo eram jovens que se encontravam em fase de especialização profissional e que pouco sabiam a respeito da guerra, como assim relatou o pracinha Joaquim Xavier da Silveira ao contar das suas conversas com brasileiros do interior do país “de Minas, da Bahia, pequenos agricultores, boiadeiros, colonos”, haja vista que estes “muito poucas vezes tinham ouvido falar em Hitler, nazismo, vagamente sabiam onde ficava a Alemanha: *nas Europas*” (SILVEIRA, 1997, p. 23).

Quando esses jovens retornaram para o Brasil, sentiram o peso dos anos perdidos em guerra: não contavam com qualquer experiência profissional, formação e tampouco empregos. Além disso, as leis que determinavam a retomada dos empregos nem sempre eram cumpridas, além das frequentes dispensas sob a justificativa de inadaptação, incompetência ou problemas de relacionamento (FERRAZ, 2005, Posição 690 - 694, via *Kindle*).

A sociedade brasileira que recebeu os expedicionários com tamanho júbilo e farra esvaeceu-se. Os, agora, ex-expedicionários eram vistos como neuróticos de guerra, uma vez que os civis não conseguiam entender as complicações psíquicas que alguns desenvolveram após o conflito. O alcoolismo e a violência doméstica eram problemas frequentemente atrelados aos veteranos da Segunda Guerra. Para uma parcela da sociedade civil, os brasileiros não tiveram atos de grande expressão na guerra e as conquistas, ainda que inexpressivas, só lhes foram possíveis em razão da “esperteza” e da “malandragem” inerentes ao povo brasileiro. Para muitos, os brasileiros foram à Itália à passeio. Quanto às adversidades da guerra, Joaquim Xavier da Silveira pode responder:

O que há na guerra é sujeira, lama, frio, fome, cansaço de noites a fio sem dormir, medo da morte, sofrimento e monotonia. A monotonia de cavar um *fox-hole* e ficar escutando aqueles ruídos surdos, ouvindo aqueles estrondos que não param nunca. A guerra nada tem de heroico. É triste, e a trincheira é dos piores lugares da guerra (SILVEIRA, 1997, p. 130)

Nos quadros militares, a situação também não era das melhores. Os pracinhas que optaram por seguir carreira militar tiveram que lidar com um Exército dividido: de um lado o Exército de Caxias, que ficou no Brasil, do outro o novo Exército representado pelos veteranos de guerra. De acordo com Meron (2009), os ex-combatentes foram proibidos de usar o uniforme verde-oliva característico da FEB, distintivos desta e de ostentar as condecorações conquistadas na campanha italiana. Para o Exército de Caxias, a FEB reforçava todas as falhas da instituição, a começar pela má alimentação oferecida, uma vez que as forças norte-americanas ofereceram uma alimentação melhor no teatro de operações para os brasileiros combatentes do que o Exército brasileiro dispunha.

A FEB, que antes era um aglomerado de homens em uniforme, usando um “Brasil” no braço, que nas ruas da cidade sempre encontravam algum engraçadinho para perguntar

quando embarcava, mostrou que, apesar de fazer a guerra como amador, era capaz de levar de vencida os técnicos da profissão, os prussianos. É claro que no meio de tantos homens devia haver muitas queixas contra tudo, mas nunca houve mágoa. Mágoa haverá no dia em que os homens esquecerem que outros seus semelhantes, centenas deles, jazem num cemitério militar, enquadrados na derradeira disciplina, sob uma fila de cruzeiras brancas (SILVEIRA, 1997, p. 121).

Os ex-combatentes tinham queixas a fazer, especialmente a respeito da assistência estatal prometida. A atual Constituição prevê uma pensão especial destinada aos pracinhas. Entretanto, a Constituição marcou o fim da ditadura militar, em 1988, 43 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, e Ferraz (2005) observou que no referido ano dos 25 mil homens enviados para a Itália, apenas 10 mil ainda estavam vivos. Sendo assim, as promessas feitas tanto por políticos anti-Vargas como por governistas aos ex-expedicionários não alcançaram a maioria dos ex-combatentes brasileiros.

Em função dos sentimentos de solidão e descrença para com a sociedade civil, muitos pracinhas criaram e participaram de associações de ex-combatentes. A associação de ex-combatentes colocava-se como uma representante dos pracinhas e assumia o papel do poder institucional, tendo em vista que contribuía com assistência médica, moral, material e de instruções. Com o passar dos anos, e com o falecimento de muitos ex-expedicionários, muitas associações foram obrigadas a fechar suas portas.

A associação de pracinhas mais antiga do Brasil fica em São Paulo, mais precisamente em Campinas. Fundada em 28 de outubro de 1945, a associação quase encerrou suas atividades, mas conseguiu se manter com o apoio de famílias descendentes de veteranos da Segunda Guerra. Hoje, a associação de Campinas possui um museu, uma loja *online*, oferece palestras abertas ao público, além de visitar escolas da região para contar a trajetória dos brasileiros que serviram à FEB durante a Segunda Guerra. Diferentemente do propósito das Associações criadas logo após o fim do conflito, hoje as associações que resistem assumiram um papel de preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira.

Em suma, este artigo pretendeu se debruçar sobre a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em um contexto indubitavelmente marcado pela relação entre Brasil e Estados Unidos e pelo golpe de Estado de Getúlio Vargas. Com o uso das fontes e a bibliografia, foi possível notar que a ida do Brasil para a Segunda Guerra resultou em importantes acordos políticos e econômicos. Porém, para os

veteranos de guerra, a ida para a Itália converteu-se em esquecimento e penúria, uma vez que muitos dos sobreviventes não voltaram a trabalhar e nem eram bem quistos pela sociedade civil. Nota-se, portanto, que apesar do nacionalismo exacerbado e a já citada concepção da reciprocidade presente no Estado Novo, os pracinhas foram marginalizados social e historicamente. Diante do exposto, este artigo espera contribuir para a memória dos pracinhas brasileiros, para a divulgação de fontes históricas ligadas à temática, além de promover discussões em torno da formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do retorno dos ex-expedicionários para o Brasil.

### Referências bibliográficas

A AMÉRICA UNIDA CONTRA A AGRESSÃO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1942. p. 2.

AS MANIFESTAÇÕES PATRIÓTICAS DE ONTEM CONTRA A BRUTALIDADE NAZISTA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 agos. 1942. p. 1.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. 21 Ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

A PALAVRA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 de nov. 1937, p. 7, 1937.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge. ELGADO, Lucilia Almeida Neves. *O tempo nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. *Ebook*.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Zahar. 2005. *Ebook*.

FESTEJADOS COMPOSITORES CARIOCAS INTERESSADOS NO CONCURSO D'A NOITE, *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1936, p. 3.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALLAWELL, Francis. *Os sons esquecidos dos pracinhas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43389816>. Acesso em: 13 jun. 2024. às 16:292013.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. *Ebook*.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil 1939 - 1950*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

O problema da Sucessão Presidencial da República e a palavra de ordem dos responsáveis pela defesa do regime, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1937. Seção A Situação, p. 7.

O NOVO ATENTADO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 agos. 1942, p. 2.

Os comunistas em atividade, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 set. 1937, p. 5

Quem será o “homem”?, *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1936, p. 1 - 3.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940 - 1945). In: NETO, Wilson de Oliveira Neto (Org.). *O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos*. Joinville, SC: Editora Univille, 2020. *Ebook*.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Cruzes Brancas*. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1997.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 28/06/2024  
Aprovado em: 14/02/2025